

INTEGRAÇÃO DE REFERÊNCIAS AFRICANAS NOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA: O STATUS EPISTEMOLÓGICO DA SOCIOLOGIA AFRICANA

MATEUS AUGUSTO ALMEIDA MARTINS*

Resumo: Este trabalho visa ampliar o debate sobre os clássicos da sociologia a partir de uma perspectiva não eurocêntrica, resgatando o contexto histórico da formação dos cânones sociológicos. Para identificar essas questões de forma mais precisa, são necessárias estratégias que valorizem a sociologia africana e os pesquisadores africanos, repensando as armadilhas eurocêntricas que limitam o desenvolvimento do pensamento africano. Utilizando as contribuições de Diop (1981) e Obenga (1990), defendemos uma visão ampliada dos clássicos da sociologia, com ênfase no contexto brasileiro. Este estudo dialoga especialmente sobre o impacto desses autores no cânone das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Clássicos da sociologia; Sociologia africana; Status epistemológico; Imperialismo acadêmico; Eurocentrismo.

Integration of african references in the classics of sociology: the epistemological status of African sociology

Abstract: This work aims to broaden the debate on the classics of sociology from a non-Eurocentric perspective, retrieving the historical context of the formation of sociological canons. To identify these issues more precisely, strategies are needed that value African sociology and African researchers, rethinking the Eurocentric traps that limit the development of African thought. Using the contributions of Diop (1981) and Obenga (1990), we advocate for an expanded view of the classics of sociology, with an emphasis on the Brazilian context. This study especially dialogues about the impact of these authors on the canon of the Social Sciences.

Keywords: Classics of sociology; African sociology; Epistemological status; Academic imperialism; Eurocentrism.

* Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), com Mestrado em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: m_ateusaugusto@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória histórica da sociologia revela que esta ciência social surgiu com esta denominação em um contexto ocidental e, posteriormente, se expandiu para contextos não ocidentais. Essa trajetória a caracteriza inicialmente como uma ciência ocidental que, ao longo do tempo e devido a vários fatores, passou a ser praticada também fora do Ocidente.

Dessa forma, os autores parecem adotar uma visão etnocêntrica do Norte, pois não mencionam exemplos de sociólogos do Sul Global que tenham experienciado e reformulado os clássicos e teorias de caráter geral ou universal. Trindade (2018) argumenta que a manutenção dos clássicos proporciona um senso de unidade nas ciências sociais frente à sua pluralidade teórica.

No presente texto, com base em uma discussão bibliográfica, busco contribuir para a ampliação do debate sobre os clássicos da sociologia a partir de uma perspectiva não eurocêntrica, resgatando o contexto histórico da construção dos cânones da sociologia e indo na direção contrária ao imperialismo acadêmico.

Diop (1982) e Obenga (1990) são alguns dos estudiosos africanos pioneiros em defender uma perspectiva ampliada dos clássicos da sociologia. Este trabalho dialoga principalmente com o debate sobre a contribuição desses autores para o cânone das Ciências Sociais.

Para sistematizar a abordagem, o texto será dividido em quatro momentos. No primeiro, focaremos nossas discussões nos clássicos da sociologia, buscando compreender as nuances que colocam esses autores em um lugar de status privilegiado. No segundo momento, direcionaremos nosso olhar para os clássicos no contexto brasileiro, apresentando de que forma esses autores se relacionam com o país. O terceiro momento será dedicado ao diálogo sobre o lugar que a sociologia africana ocupa nas ciências sociais, refletindo sobre o eurocentrismo que gera esse imperialismo acadêmico. Por fim, no quarto momento, propomos possibilidades de acesso e fortalecimento do conhecimento da sociologia africana através de ferramentas e autores dedicados a compreender as questões envolvendo este campo do conhecimento.

2 O QUE SÃO CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA? CRITÉRIOS PARA OCUPAR O STATUS PRIVILEGIADO

Um clássico, segundo Alexandre (1999), é o fruto do esforço primordial da exploração humana, que desfruta de um status privilegiado quando comparado à exploração contemporânea no mesmo campo. O conceito de status privilegiado significa que os modernos cultores da disciplina em questão acreditam poder aprender tanto com o estudo dessa obra antiga quanto com o estudo da obra de seus contemporâneos. Além disso, tal privilégio implica que, no trabalho diário do cientista médio, essa deferência se faz sem prévia demonstração: é tacitamente aceita porque, sendo clássica, a obra estabelece critérios básicos em seu campo de especialidade (Alexander, 1999).

Assim, os clássicos da sociologia são aqueles autores que mantêm um status especial e que ainda são relevantes para os pesquisadores atuais porque estabelecem os critérios básicos dentro da disciplina. Eles delimitam problemas e perspectivas teóricas fundamentais que continuam sendo revisitados e possuem grande capacidade de empatia, percepção, intuição, interpretação e compreensão das ações humanas (Alexander, 1999).

Além disso, são mestres na seleção e reconstrução de aspectos do mundo social, na estabelecer relações, inter-relações e comparações. Possuem uma sensibilidade social apurada, poder de observação aguçado e rara capacidade de captar o mundo moderno, fundamentando a sociologia como disciplina científica (Alexander, 1999).

Alexander (1999) argumenta que as obras se tornam clássicas ao oferecerem uma contribuição singular e duradoura à ciência social. Assim, os clássicos são cruciais para a ciência social contemporânea porque proporcionam marcos que ajudam os analistas a compreenderem a complexidade das ciências sociais (Alexander, 1999).

De acordo com Giddens e Turner (1999), todas as disciplinas intelectuais têm seus fundadores, mas apenas as ciências sociais têm a tendência de reconhecer a existência de clássicos. Os clássicos são esses fundadores que ainda dialogam conosco com uma voz que continua relevante. Eles não são apenas relíquias antiquadas, mas podem ser lidos e relidos com

proveito, servindo como fonte de reflexão sobre problemas e questões contemporâneas (Giddens; Turner, 1999).

Alexander (1999) também observa que os clássicos não estão presentes em todas as disciplinas. Ele nota que os clássicos são ausentes nas ciências naturais porque, geralmente, há um foco nas dimensões empíricas da ciência natural. Em vez de clássicos, a ciência natural utiliza o que Kuhn chamou de modelos (exemplares). Os processos de aprendizagem são semelhantes nas ciências sociais, com a diferença de que os cientistas sociais absorvem tanto clássicos quanto modelos (Alexander, 1999).

Na direção apontada, Kuhn (1989) argumenta que as ciências sociais, ao contrário das naturais, não se baseiam em modelos, mas em clássicos. Isso implica que não podem ser aprendidas apenas pela imitação de uma maneira de resolver problemas empíricos, pois a disciplina abrange não apenas o aspecto racional, mas também o lado criativo do pesquisador.

Luhmann (1979) destaca que o reconhecimento consensual de um clássico implica um ponto de referência comum. O clássico simplifica a complexidade ao servir como um símbolo que condensa uma variedade de compromissos diferentes.

Além das razões funcionais, Alexander (1999) afirma que os clássicos são importantes também por razões intelectuais ou científicas. Obras são consideradas clássicas por darem uma contribuição singular e permanente à ciência da sociedade. Quanto mais generalizada for a discussão científica, menos cumulativa ela se torna (Alexander, 1999).

Merton (1970) argumenta que o teste mais rigoroso do conhecimento verdadeiramente cumulativo é que as mentes comuns podem resolver problemas hoje que os grandes cérebros do passado sequer conseguiam começar a resolver. Em uma ciência verdadeira, portanto, o reconhecimento dos grandes colaboradores do passado cabe principalmente à história da disciplina (Merton, 1970).

Para Alexander (1999), mesmo que não haja um interesse genuíno nos clássicos, eles devem ser constantemente criticados, relidos e redescobertos se quisermos desafiar novamente os critérios normativos de avaliação da disciplina. A não cumulatividade linear nas ciências sociais se justifica pelo fato de que os critérios de verdade não podem ser expressos de forma inequívoca, e as avaliações gerais são influenciadas pelos gostos e preferências relativos de uma dada comunidade cultural, baseadas em qualidades de sensibilidade pessoal que não são progressivas (Alexander, 1999).

Merton (1970) defende que os textos clássicos devem ser utilizados de forma utilitária, convertendo-os em simples fontes de dados ou teorias não verificadas, meras fontes de informação a serem empregadas em novos pontos de partida, direcionando para o futuro científico, não para o passado humanista. Ele desfaz a tendência de fundir sistematicamente ciência e história, sugerindo que para esta última, cabe tratar os textos como documentos históricos e não como fontes de informação não verificada, sem exegese, pois cabe ao bom historiador estudar o ambiente das ideias e não as ideias. Essa abordagem de Merton (1970), ao rejeitar a fusão entre ciência e história, fundamenta-se na necessidade tanto de uma sociologia científica quanto de uma história científica.

Alexander (1999) termina seu argumento sobre o desafio contra a importância dos clássicos, acrescentando às duas premissas básicas da tese de Merton (1970) a noção de que o significado de textos antigos e notáveis está aberto a todos, abrindo argumento contra o desafio empírico à importância clássica e as duas premissas básicas sobre as quais ele se assenta. Conforme expresso por Lakatos (1978), novos fenômenos podem ser explicados sem sujeição a formulações gerais. É necessário que alterações empíricas estejam acompanhadas de alternativas teóricas convincentes para que ocorram mudanças na crença científica; são exatamente os conflitos entre empreendimentos teóricos gerais que estão no núcleo das grandes mudanças nas ciências naturais (Lakatos, 1978).

3 OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA UTILIZADOS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Conforme mencionado por Shiota (2019), os clássicos da sociologia variam de país para país; são os autores que possuem um status elevado, especialistas em metodologias exemplares de pesquisa, que exploraram questões e apresentaram soluções teóricas que ainda elucidam aspectos das sociedades contemporâneas. No Brasil, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber

se tornaram clássicos em parte devido ao trabalho de Florestan Fernandes na década de 1950, quando ele organizou a contribuição de cada um desses pensadores para uma teoria da investigação sociológica. A recepção desses clássicos no Brasil sempre considerou os problemas específicos da sociedade brasileira, que historicamente se empenhou em entender o país. Dessa forma, certas interpretações foram solidificadas, gerando versões distintas desses autores clássicos (Shiota, 2019).

Assim, esses clássicos simplificam a complexidade da realidade social, facilitam a discussão teórica e estabelecem pressupostos e compromissos distintos. Conforme Alexander (1999), desenvolver uma grande ciência social é uma habilidade que, à semelhança da criação de uma grande arte, varia historicamente entre diferentes sociedades e indivíduos. O mesmo se aplica ao reconhecimento dos autores que possuíam essa extraordinária capacidade. Devido à natureza imprecisa e pouco consensual das ciências sociais, divergências, polêmicas e discordâncias são inerentes, inclusive quanto à identificação dos clássicos da disciplina (ALEXANDER, 1999).

Nos Estados Unidos, por exemplo, a obra de Parsons destacou Marshall, Pareto, Durkheim e Weber como os precursores da tradição clássica que a sociologia deveria seguir dali em diante. Somente no final da década de 1970, com a crise do funcionalismo, Marx passou a ser reconhecido como um autor clássico. Na França, Raymond Aron, no início dos anos 1960, considerou Comte, Durkheim, Tocqueville, Marx, Weber e Pareto como clássicos (Hamlin, Weiss, Brito, 2022). No Brasil, de maneira distinta, já no início da década de 1950, Florestan Fernandes, em suas publicações de 1959, escolheu Marx, Durkheim e Weber como "nossos" clássicos, sintetizando-os do ponto de vista do método empírico-indutivo para propor uma teoria da investigação sociológica.

A falta de um amplo consenso nas ciências sociais implica que o significado dos textos clássicos é influenciado pelos interesses contemporâneos, além de ser interpretado exclusivamente à luz dos contextos históricos ou intelectuais (Alexander, 1999). Há várias interpretações dos clássicos, todas seletivas, apropriativas ou destinadas a resolver problemas específicos ou apoiar interesses teóricos preconcebidos. A definição de quem são esses clássicos e a recepção crítica de suas obras, apesar das diferentes abordagens e usos, são sempre moldadas pela experiência histórica, pelos contextos nacionais e pelos interesses teóricos enraizados nas tradições sociológicas e suas escolas, que influenciam na circulação e na aceitação desses escritos (Alexander, 1999).

A recepção dos clássicos da sociologia brasileira foi moldada pela tradição da sociologia nacional, especialmente aquela consolidada nos anos 1950: uma abordagem interessada, engajada e voltada para as questões levantadas pelos problemas da sociedade.

De acordo com Ramos (1957), quando a sociologia emerge no Brasil como disciplina acadêmico-científica, não se concentra nos fundamentos da associação entre os homens, como fizeram os estudiosos franceses, nem na possibilidade teórica e metodológica de conhecer a sociedade, à maneira dos alemães. Também não se interessa pelas reformas sociais ou pela integração de grandes grupos de diferentes origens étnicas nas grandes cidades, como fizeram os sociólogos norte-americanos que estabeleceram o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (Ramos, 1957). De acordo com o autor, a questão que delineia a disciplina já estava enraizada na tradição de pensamento sobre o Brasil e envolvia a identidade da sociedade brasileira. O foco era investigar os problemas concretos do país, principalmente compreender suas particularidades para avaliar suas possibilidades de integração ao conjunto das nações modernas (Ramos, 1957).

De acordo com Bôas (1997), a preocupação com a formação da nação, voltada para a resolução dos problemas nacionais ligados ao subdesenvolvimento e à dependência, gerou uma identidade cognitiva na sociologia brasileira, refletida na recepção dos autores considerados clássicos. Weber e Marx são os pensadores que mais influenciaram o pensamento social e político brasileiro, sendo frequentemente citados em teses e dissertações. Esses autores são a principal referência na intensa controvérsia que permeia a literatura sobre a interpretação do Brasil (Bôas, 1997). A controvérsia surge das diversas interpretações teóricas das obras desses pensadores alemães, resultando em explicações concorrentes.

Para Bôas (1997), Weber foi empregado para explicar o atraso da sociedade brasileira. O mesmo se aplica, sem dúvida, a Marx. Nesse sentido, ambos foram utilizados para identificar os

obstáculos que têm impedido nossa modernização. Dada a orientação desenvolvimentista e modernizadora das nossas ciências sociais, compreende-se a influência marcante desses dois clássicos entre nós (Bôas, 1997).

As formulações teóricas de Weber, Durkheim e Marx tornaram-se, nas mãos dos sociólogos a partir da década de 1950, instrumentos intelectuais para a reflexão dos especialistas sobre a realidade brasileira em transformação (Bôas, 1997). As condições sociais do Brasil e a identidade cognitiva da sociologia brasileira orientaram as apropriações das obras desses clássicos. São leituras pertinentes realizadas a partir de outra tradição sociológica. Isso não implica em desqualificar as interpretações nativas consolidadas dos clássicos, mas sim reconhecer que essas análises renovam as obras daqueles mestres, oferecendo novas possibilidades de interpretação. O contraste das interpretações dos clássicos por diferentes tradições sociológicas e escolas também pode servir de parâmetro para fundamentar a controvérsia com as leituras que minimizam a sociologia brasileira, especialmente quando isso é feito em nome de uma exegese "hipercorreta" ou "consular" (Ramos, 1957) desses clássicos, contrária a uma abordagem que os adapte ao entendimento de nossa realidade.

Alexander (1999) parece ter razão ao afirmar que os cientistas sociais, imersos em formulações clássicas e disciplinados pelo que consideram ser seu legado, não conseguem perceber que são eles mesmos, com suas interpretações e interesses teóricos, que transformam os textos em clássicos e conferem a cada um destes um significado atual. Interesses diversos, práticas interpretativas, tradições, escolas e contextos nacionais distintos fazem dos clássicos o que eles são. No Brasil, conforme indicam as epígrafes de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, os 'nossos clássicos' da sociologia (Marx, Durkheim e Weber) têm sido interpretados com vistas à ação, subsidiando a elaboração de conhecimento para o imperativo de transformar a sociedade brasileira ou formar a nação.

4 O LUGAR EPISTEMOLÓGICO DA SOCIOLOGIA AFRICANA

De acordo com Obenga (1982), a trajetória histórica da sociologia revela que essa ciência social surgiu com sua designação em um contexto ocidental e posteriormente se expandiu para contextos não ocidentais. Essa trajetória a posiciona inicialmente como uma ciência ocidental praticada por cientistas sociais do Ocidente e, posteriormente, adotada por cientistas naturais de regiões não ocidentais. É nesse contexto de migração de pessoas, ideias e conhecimentos sociológicos que podemos observar o início da prática da sociologia na África (Obenga, 1982).

Obenga (1982, p. 18-19) contextualiza o surgimento do homem atribuindo-o ao início da história da humanidade no continente africano, que também é o local de origem das ciências.

Por meio de métodos de datação como urânio/tório, potássio/argônio, entre outros, que permitem a medida cronológica absoluta da matéria nas galáxias, sabe-se que a Terra, nosso planeta, possui cerca de 5 bilhões de anos de idade, assim como a Lua, o Sol e o sistema solar, que são ainda mais antigos. Entretanto, a idade do Universo, determinada pelo método baseado na conversão radioativa do rênio-187 em ôsmio-187, é estimada em 20 bilhões de anos, diferindo dos 14 a 17 bilhões geralmente aceitos.

Durante aproximadamente 3 bilhões de anos, a Terra esteve desprovida de vida. A evolução abiogênica dos compostos de carbono teria levado ao surgimento da vida no planeta.

Foi no Pré-cambriano, há quase 2 bilhões de anos, que os primeiros indícios da vida vegetal surgiram na Terra.

O ser humano é um mamífero placentário, pertencente à ordem dos Primatas. Os orangotangos, gorilas e chimpanzés são os parentes mais próximos do ser humano, sendo que a origem comum dos grandes macacos e do ser humano é estimada em torno de 35 a 40 milhões de anos, durante o Terciário (Oligoceno e Mioceno).

Um grupo de homínídeos, os famosos Australopitecos, apareceu no sudeste do continente africano entre 1 a 10 milhões de anos atrás.

Desse grupo surgiu o Homo sapiens no Quaternário, há cerca de 3 milhões de anos, marcando a gênese humana africana, resumindo a gênese da humanidade. A África é reconhecida como o berço da humanidade.

Com isso, vou me dedicar, neste momento, a restituir o lugar da Sociologia africana, partindo da hipótese de sua existência desde a África pré-colonial. Isso significa afirmar que, desde os primórdios da presença humana na África e na fundação das primeiras comunidades, já estavam estabelecidas estruturas de pensamento e práticas sociológicas genuinamente africanas. É inconcebível que os africanos, como os primeiros seres humanos a estabelecer instituições sociais, não tenham refletido sobre elas.

Obenga (1982) considera a África como ponto de partida para a história humana. Ele escreve: "Uma luz aparece. Nós pertencemos ao primeiro amanhecer da história cósmica. O tempo da natureza e da vida está intrinsicamente ligado ao tempo cultural do homem. Profunda unidade cósmica da história" (Obenga, 1982, p. 20).

De acordo com Obenga (1982) o reconhecimento e a valorização do conjunto de conhecimentos e habilidades nas sociedades pré-coloniais, abrangendo agricultura, saúde, artesanato e indústria, eram desconsiderados como ciência durante a época colonial, sendo frequentemente associados a superstições pré-científicas. A educação ocidental, o cristianismo, e as políticas coloniais deliberadamente subverteram esses saberes tradicionais. Instituições educacionais com orientação ocidental ensinavam os alunos a ignorar e rejeitar esses conhecimentos. Apesar da disseminação da medicina, agricultura, ciência e tecnologia ocidentais, os saberes tradicionais continuaram a subsistir de forma pessoal, transmitidos oralmente, e ainda são fundamentais na vida cotidiana da maioria das sociedades africanas, especialmente na agricultura e nas práticas terapêuticas e crenças (Obenga, 1982)

O texto de Mazrui, Ayayi, Tshibangu e Bohem (2010) nos ajuda a pensar na falácia de datar a existência das ciências naturais ou humanas africanas apenas a partir da presença colonial europeia no continente. Textos como os de Diop (1982) e Obenga (1990) reforçam a anterioridade das ciências africanas no mundo. A justificativa é simples: sendo a África o berço da humanidade, tornou-se também o berço das ciências.

Malomalo (2017) argumenta que é uma falsificação histórica atribuir o surgimento da Sociologia, entendida como o estudo dos seres humanos em sociedade, à Europa do século XIX. Essas afirmações são verdadeiras apenas no contexto do surgimento e desenvolvimento da Sociologia europeia. No entanto, não se deve estender essas conclusões para outras realidades históricas. Segundo Malomalo (2017), a Sociologia africana é um dos saberes africanos que remontam à antiguidade e não há intenção por parte do autor de propor qualquer universalismo.

Nas investigações conduzidas por Diop (1982), através de uma abordagem crítica e histórica da Sociologia, cientistas sociais africanos não apenas restauraram as histórias de suas instituições desde a África pré-colonial, mas também entenderam as lógicas que estruturavam os conhecimentos sobre suas sociedades desde os períodos mais remotos de sua história.

Diop (1982) argumenta que é urgente restaurar a consciência histórica africana, que foi danificada pela violência colonial, e reafirmar a produção das ciências sociais africanas.

Malomalo (2017) destaca que um dos principais equívocos de alguns estudos é afirmar a existência de uma sociologia africana sem considerar corretamente sua data de formação. Esses estudos frequentemente datam erroneamente a sociologia africana nos anos 1960, sem levar em conta as histórias das ex-colônias britânicas, francesas e belgas.

De acordo com Obenga (1990), a exclusão do sagrado na construção da Sociologia impõe limitações à compreensão das sociedades investigadas pelos sociólogos secularizados. Além disso, como observado por Malomalo (2017), o racismo religioso em relação ao sagrado africano tem criado obstáculos tanto para sociólogos ocidentais quanto para africanos ocidentalizados entenderem a finalidade que dá sentido à realidade africana, incluindo a diversidade biológica das sociedades africanas.

O sagrado, personificado pela comunidade sagrado-ancestral, nos permite compreender a dialética entre finalidade cognitiva e normativa. Em outras palavras, revela a complementaridade radical entre epistemologia, política, estética e ética, ou seja, a

espiritualidade (Obenga, 1990). Este é o fundamento teórico para reconstruir a Sociologia africana.

Entendo que os esforços dos autores mencionados neste trabalho para restituir o protagonismo das Ciências Sociais africanas não se limitam apenas a reconhecer sua anterioridade e seu *modus operandi* próprio, que segue a lógica mitológica. Eles também nos convidam a afirmar o seguinte: os povos africanos fundaram suas sociedades e desenvolveram suas culturas de forma autônoma e, ao longo de milênios, têm refletido sobre as mesmas estruturas sociais e culturais.

5 POSSIBILIDADES DE MUDANÇA DE STATUS

Cardoso (2012) apresenta que, atualmente, a sociologia africana conta com seus atores e produtores (cientistas sociais individualmente e agrupados em associações científicas e profissionais); possui suas instituições (associações científicas, centros de ensino e pesquisa); estabelece redes de pesquisa, como o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA); publica revistas e outras obras (como a Revista Africana de Sociologia e as revistas de sociologia dos países africanos respectivos). Embora esses elementos ainda não alcancem as quantidades e qualidades desejadas, têm registrado avanços consideráveis em alguns aspectos e retrocessos em outros (CARDOSO, 2012).

Para abordar a questão da coleta de dados, Malomalo (2017) sugere o uso de termos de bibliotecas africanas. Estas são formadas pelas culturas africanas produzidas e reproduzidas no continente e fora dele. Historicamente, essas bibliotecas pertencem aos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial da história da África.

Dessa forma, o sociobiocósmico africano pode ser estudado sociologicamente utilizando as bibliotecas africanas, que abrangem saberes e conhecimentos práticos e teóricos. Esses saberes estão registrados em textos orais e escritos, datados de diferentes períodos históricos (Malomalo, 2017).

De acordo com Malomalo (2017), as bibliotecas africanas foram e continuam sendo construídas pelos ancestrais que já partiram deste mundo, bem como pelas personalidades e comunidades africanas contemporâneas. Portanto, essas bibliotecas são espaços de memória e história.

Nessa direção, Malomalo (2017) apresenta que os textos orais africanos estão presentes em diversas manifestações culturais africanas: nos corpos, nos espaços educativos, econômicos, políticos, literários, estéticos e religiosos do continente africano e das diásporas. Eles se manifestam nos ritos seculares, espirituais e ecológicos realizados pelas comunidades negras. Os textos escritos africanos também estão presentes nas bibliotecas africanas e em bibliotecas fora do continente africano, especialmente os textos científicos africanos. Instituições como o CODESRIA e a Associação de Pesquisadores/as Brasileiros/as Negros/as (APBN) continuam sendo importantes espaços de produção de conhecimento das Ciências Africanas (Malomalo, 2017).

Malomalo (2017) chama atenção que uma pequena parcela das fontes africanas pode ser acessada pela internet. No entanto, é importante ressaltar que a maioria das bibliotecas africanas permanece desconhecida até mesmo pelos próprios africanos. Portanto, torna-se indispensável o seu reconhecimento, e os Estados africanos têm uma grande responsabilidade nesse sentido. A União Africana (UA) recentemente elaborou um projeto para atender a essa demanda: "África Virtual e E-Universidade: Possibilitando o Acesso ao Ensino Superior" (Malomalo, 2017).

Quanto aos atores, Marlen (2021) indica que os produtores e instituições da sociologia africana são dominados pelas escolas francófona e anglófona, que são as mais influentes. A maioria das figuras proeminentes da sociologia africana, tanto clássica quanto contemporânea, pertence a essas duas escolas. Entre eles estão: Aguessy Honorat, Axelle Kabou, Jean-Marc Ela, Valentin Nga Ndong e Moustapha Tamba (África francófona); Akinade Olumuyiwa Sanda, A. Muiyiwa Sanda, Akinsola Akiwowo, Bernard M. Magubane, Ifi Amadiume, Jimi O. Adesina e Oyeronke Oyewumi (África anglófona). No que diz respeito à África lusófona, algumas figuras notáveis incluem: Carlos Cardoso, Carlos Serra, Cesaltina Abreu, Elísio Macamo, Patrício Langa, Maria Paula Meneses, Mário Pinto de Andrade, Paulo de Carvalho e Víctor Kajibanga (Marlen, 2021).

Marlen (2021) destaca outras referências proeminentes em diversas ciências sociais africanas, independentemente de nacionalidades, que contribuíram significativamente para a sociologia africana por meio de debates sobre a condição africana em outras disciplinas. Eis alguns nomes relevantes: Achille Mbembe, Ali A. Mazrui, Alphonse Elungu Pene Elungu, Alioune Diop, Aquino Bragança, Archie Mafeje, Brazão Mazula, Carlos Serrano, Cheikh Anta Diop, Elikia M'Bokolo, Fernando Mourão, Franz-Wilhelm Heimer, Joseph Ki-Zerbo, Kwame A. Appiah, Paulin Hountondji, Ruth First, Samir Amin, Severino Elias Ngoenha, Thandika Mkandawire, Théophile Obenga, Valentin Mudimbe (Marlen, 2021).

Marlen (2021) continua apresentando que sua abordagem metodológica é interdisciplinar e, dependendo do tema de estudo, pode até se tornar transdisciplinar. As bibliotecas africanas continentais e diaspóricas são espaços nos quais se deveriam buscar as fontes e ferramentas para análise, interpretação e ação política e sociológica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo refletir sobre a sociologia africana, levando em consideração o processo de formação dos clássicos da sociologia. Essa discussão norteou os debates em torno do problema do status epistemológico da sociologia africana.

Nessa direção, a partir das discussões levantadas ao longo do texto, podemos considerar a Sociologia africana como uma das mais antigas do mundo, uma vez que foi concebida por pessoas negras que habitam um território considerado o berço da humanidade e das ciências: a África.

No entanto, ao discutir a sociologia africana, propõe-se uma prática que constrói pontes em vez de erguer muros entre o africano e o não-africano. São os problemas sociais e as realidades sociais africanas que fornecem elementos para uma reflexão sociológica centrada na África. Isso, porém, não exclui a necessidade de um diálogo crítico com a sociologia do Norte epistemológico, que hierarquiza e atribui diferentes graus de relevância e importância.

Dessa forma, argumenta-se pela integração da sociologia africana nos currículos dos cursos de sociologia das instituições de ensino superior. Isso pode contribuir para conscientizar sobre a importância da prática de uma sociologia africana por parte dos sociólogos africanos, bem como dos profissionais envolvidos no ensino e aprendizagem da sociologia na África. O objetivo é mitigar os efeitos da dependência acadêmica e resistir ao eurocentrismo e ao imperialismo acadêmico predominantes na atual geopolítica da produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria Social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 23-90.
- BÔAS, Glauca Villas. A recepção da Sociologia Alemã no Brasil: notas para uma discussão. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 44, p. 73-84, 1997.
- CARDOSO, Carlos. Desenclavar as Ciências Sociais na África Lusófona: a iniciativa especial do CODESRIA. *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 60, n. 3, p.89-111, 2017.
- DIOP, Cheikh Anta. *L'unité culturelle de l'Afrique noire*. Paris: Présence africaine, 1982.
- DUBET, François. Why Remain 'Classical'?. *European Journal of Social Theory*, Oxford, v. 10, n. 2, p. 247-260, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Editora Nacional, 1959.
- GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Tradução: Cibele Saliba Rizek. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2013.
- GO, Julian. Postcolonial Thought as Social Theory. In: BENZECRY, Claudio E.; KRAUSE, Monika; REED, Isaac Ariail (orgs.). *Social Theory Now*. Chicago: University of Chicago Press, 2017, p. 130-161.
- HAMLIN, Cynthia Lins; WEISS, Raquel Andrade; BRITO, Simone Magalhães. Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 24, n. 61, p. 26-59, 2022.

- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*: coleção debates ciência. Tradução: Beatriz Vianna Boeira. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.
- LAKATOS, Imre. *The Methodology of Scientific Research Programmes*. Editores: Gregory Currie e John Worrall. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- LIEDKE, Élide Rubini. Breves indicações para o ensino de teoria sociológica hoje. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 17, p. 266-278, 2007.
- LUHMANN, Niklas. *Sociologia Teoria e Estrutura*. Tradução: Robert King Merton. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MALOMALO, Bas'Iléle. Estudos africana ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde a diáspora africana no Brasil. *Revista de Humanidades e Letras*, São Francisco do Conde, v. 3, n. 2, 2017, p. 16-50.
- MAZRUI, Ali A; AJAYI, Jacob Festus Adeniyi; BOAHEN, Albert Adu; TSHIBANGU, Tshishiku. Tendências da filosofia e da ciência na África. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (ed.). *História Geral da África, Vol. VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010, p.761-815.
- MERLEN, Sebastião. Sociologia Africana: do genitivo do objecto ao genitivo do sujeito. *Revista da ABPN*, s.l., v. 13, n. 38, 2021, p. 303-328.
- OBENGA, Théophile. Fontes e técnicas específicas da história da África: panorama geral. In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). *Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.
- _____. *La philosophie africaine de la période pharaonique, 2780-330 avant notre ère*. Paris: L'Harmattan, 1990.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1957.
- SHIOTA, Ricardo Ramos. Os Clássicos da Sociologia e Nós: reflexão sobre três livros paradigmáticos. *Contrapontos*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 249-270, 2019.
- TRINDADE, Hélgio. “Disciplinarização” e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 20, p. 210-256, 2018.